

# EDITORIAL VOLUME 20-1

## 20 ANOS DE AMBIENTE & SOCIEDADE

Estamos comemorando os 20 anos de existência da revista Ambiente e Sociedade. A revista teve seu início, tendo como editores Lucia da Costa Ferreira (NEPAM/Unicamp), Hector Leis (UFSC) e Pedro Roberto Jacobi (PROCAM/USP). Foi o resultado de uma proposta de um grupo de pesquisadores e da realização de uma importante articulação interinstitucional para publicar em uma área de conhecimento ainda principiante naquele momento, a interface entre as questões do Ambiente e as Ciências Sociais. Desde seu início em 1997 e até o ano 2010, o Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPAM) da Unicamp foi responsável pelo suporte administrativo que garantiu de forma decisiva a publicação da Revista. A partir de 2010, a Revista passou a ser editada pela Anppas, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade. Publicada até 2010 de forma impressa, a partir de 2011 passou exclusivamente ao formato digital. Atualmente a revista é publicada trimestralmente, e todos os artigos são publicados no idioma original e na língua inglesa.

Neste momento lembramos do desafio de se publicar, no Brasil, e sem vínculo com editora, uma revista produzida com ousadia e motivação de ampliar a difusão da produção de pesquisadores nacionais e estrangeiros, em uma área de conhecimento hoje já reconhecida, mas ainda com dificuldades próprias a áreas interdisciplinares, em temas com interface entre as questões do Ambiente e as Ciências Sociais. Porém, ressaltamos a importância da produção acadêmica livre de grupos editoriais comerciais e em formato aberto (open access), possibilitando maior visibilidade, acesso e o sentido fundamental de difusão livre da produção científica.

Muitas são as lembranças destes 20 anos, durante os quais a Revista foi se tornando referência pela importância assumida junto ao público interessado. Agradecemos a todas e todos os profissionais que contribuíram ao longo destes anos para sua criação, consolidação e substancial valorização perante aos campos de conhecimento que contempla. Atualmente a revista tem tido excelente avaliação pelo sistema existente no Brasil e o número de acessos entre 2015 e 2016 mostram a importância e o desempenho da revista.

Lembramos com muita emoção dos amigos que deixaram de estar entre nós, Daniel Hogan, um grande apoiador e Hector Leis que, como editor da revista, participou de forma muito colaborativa e com pleno compromisso, desde sua criação, até 2014, quando do seu falecimento.

Destacamos o pioneirismo da Revista na abordagem da temática no Brasil e sua ênfase na interdisciplinaridade, permitindo que muitos jovens pesquisadores tivessem seus artigos publicados e dando visibilidade a uma forma diferente de abordar temas ambientais.

Atualmente, um grupo amplo de jovens pesquisadores e docentes está engajado de forma voluntária na revista e coopera nas diversas atividades que demanda uma publicação científica, composta por editores, editores adjuntos, editores executivos, editores associados e pareceristas de instituições nacionais e do exterior. Cabe destacar o trabalho da assessoria editorial e dos editores assistentes, essencial para o funcionamento da Revista. Ao longo dos anos, o Conselho Editorial tem dado um importante apoio para que a Revista fortalecesse esta área de conhecimento junto a um público cada vez mais amplo e diversificado. A colaboração de tantas pessoas tem tornado Ambiente e Sociedade, uma revista que se concretiza por uma dinâmica colaborativa, em tempos em que os recursos para publicações diminuem, e aumenta o volume de artigos recebidos, fruto do crescente reconhecimento pelos pesquisadores.

Parabéns a todos os que nos apoiam e colaboram para que Ambiente e Sociedade seja um veículo editorial que amplia a difusão da inovação na reflexão sobre as transformações em curso na sociedade global e as fronteiras de conhecimento.

Abrindo o primeiro volume de 2017 da Revista Ambiente & Sociedade, os autores **Fabio Angeoletto, Juan Pedro Ruiz Sanz, Ricardo Massulo Albertin e Frederico Fonseca da Silva**, quantificam e comparam a diversidade vegetal de espécies existentes nos quintais de famílias de diferentes classes sociais em dois bairros da Região Metropolitana de Maringá, (Paraná, Brasil), no artigo “*A grama do vizinho é mais verde: flora de quintais urbanos de distintas classes sociais*”.

Diante da necessidade de desenvolver um sistema ou uma Linha Base Social que estabeleça as bases filosóficas, restrições e critérios que minimizem os impactos socioambientais de intervenções territoriais, **Jorge Rojas Hernández** busca definir modalidades de participação cidadã com base em critérios e indicadores que regulem o impacto dessas macro-intervenções no artigo “*Participação cidadã, qualidade de vida e justiça trans-regional territorial: Uma linha de base social de bem comum*”.

**Ricardo Almeida, Lúcia Marina Scatena e Mário Sérgio da Luz** apresentam um estudo descritivo de percepção ambiental e políticas públicas de estímulo à sustentabilidade no artigo “*Percepção ambiental e políticas públicas: Dicotomia e desafios para o desenvolvimento da cultura de sustentabilidade*”.

No artigo “*IGs e conservação ambiental: observações sobre experiências em diferentes contextos Iberoamericanos*” os autores **José Marcos Froehlich e Santiago Amaya Corchuelo** analisam como a problemática ambiental, mediante abordagens conservacionistas de valorização da biodiversidade, tem permeado a produção de sentidos, narrativas, conflitos e posicionamentos de atores envolvidos, contrastando experiências do Brasil e da Espanha.

Através de um levantamento etnobotânico sobre o conhecimento e uso de plantas medicinais em cinco comunidades rurais localizadas dentro da Área de Proteção Ambiental Tambaba (Paraíba/Brasil), **Michele Fernanda Marques de Brito, Edna Arévalo Marín e Denise Dias da Cruz**, comparam e discorrem sobre as relações entre as espécies e seus usos terapêuticos nas comunidades como alternativa eficiente e imediata para o

tratamento de doenças no artigo “*Plantas medicinais nos assentamentos rurais em uma área de proteção no litoral do Nordeste Brasileiro*”.

Com o objetivo de caracterizar as alterações no uso da terra na bacia hidrográfica do Córrego Bebedouro em Frutal (Minas Gerais/Brasil). Os autores **Debora Gabriele dos Santos Pinto Pereira**, **Eliana Aparecida Panarelli**, **Leandro de Souza Pinheiro**, **André Vinícius Martinez Gonçalves** e **Lucas de Paula Pereira**, analisam as implicações decorrentes da alteração do Código Florestal e propõem sugestões para a conservação dos recursos hídricos no artigo: “*Área de Preservação Permanente e Reserva Legal: estudo de caso na bacia do Córrego Bebedouro*”.

Considerando o crescimento do setor petrolífero no Brasil contemporâneo e a Educação Ambiental como medida compensatória no licenciamento ambiental federal, o artigo “*A Vulnerabilidade socioambiental na Educação Ambiental praticada no âmbito do licenciamento federal em Macaé (RJ)*”, dos autores **Rafael Nogueira Costa** e **Carlos José Saldanha Machado**, discorrem sobre a incorporação do conceito de vulnerabilidade socioambiental no arcabouço institucional-legal da Educação Ambiental (EA) no que tange o processo de licenciamento de petróleo.

Como o objetivo de contribuir para a compreensão do atual momento do mercado de orgânicos, **Bruno C. Barreiros** e **Marcia da Silva Mazon**, investigam um mercado de produtos orgânicos em Florianópolis (Santa Catarina/Brasil), através de uma análise sociológica desse espaço de compra e venda no artigo “*O consumo de orgânicos na perspectiva sociológica: analisando um mercado especializado em Florianópolis-SC*”.

**Andrés Muñoz-Pedreiros**, no artigo “*A paisagem visual: um recurso importante e mal preservado*” discorre sobre os processos que ocasionam em modificações e perdas de paisagem em áreas urbanas, alertando para o desenvolvimento de programas de monitoramento e restauração, além de um projeto de educação ambiental que visa a conservação e recuperação desse recurso.

O artigo “*A internet como mídia ambiental: estratégias dos partidos políticos brasileiros*” de **Antonio Teixeira de Barros**, analisa como os partidos políticos usam a internet para se comunicar com os segmentos eleitorais interessados na agenda ambiental, a partir de suas estratégias de comunicação e dos conteúdos divulgados ao eleitor.

Os autores: **Mauro Guilherme Maidana Capelari**, **Paulo Carlos Du Pin Calmon** e **Suely Mara Vaz Guimarães de Araújo** realizam um ensaio teórico com o intuito de demonstrar a importância de Vincent Ostrom na história intelectual de sua esposa, Elinor Ostrom, em especial nos estudos da governança de recursos de propriedade comum embasados no *Institutional Analysis and Development Framework (IAD)*, no artigo “*Vincent e Elinor Ostrom: Duas Confluentes Trajetórias para a Governança de Recursos de Propriedade Comum*”.

Comparando onze Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS) do IBGE, **Gabriela Belleze**, **Marcos Eduardo Cordeiro Bernardes**, **Carlos Alberto Máximo Pimenta** e **Paulo Cezar Nunes Júnior**, mostram como as Ecovilas têm se destacado entre as iniciativas que promovem o desenvolvimento sustentável no mundo contemporâneo e sua efetividade nos contextos econômico, social, ambiental e institucional em relação ao restante da sociedade no artigo “*Ecovilas Brasileiras e indicadores de desenvolvimento sustentável do IBGE: Uma análise comparativa*”.

O artigo “*Unidades de conservação e suas múltiplas territorialidades – uma reflexão social e ambiental sobre o Parque Nacional do Catimbau – Brasil*”, de **Célia Cristina Clemente Machado**, **Cláudio Ubiratan Gonçalves**, **Manoel Bandeira de Albuquerque** e **Eugênia Cristina Gonçalves Pereira**, realizam uma revisão bibliográfica sobre o Parque Nacional do Catimbau para discorrer sobre a alteração de sua atual classificação de Parque Nacional para Monumento Natural, permitindo assim, a existência de áreas particulares para as populações tradicionais desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização dos recursos naturais.

Os autores: **Carla Grigoletto Duarte**, **Ana Paula Alves Dibo** e **Luis Enrique Sánchez** realizaram um levantamento sobre a produção de artigos científicos sobre licenciamento ambiental no Brasil, buscando identificar os principais enfoques e conclusões apresentados sobre o tema, além de suas fragilidades no artigo “*O que diz a pesquisa acadêmica sobre Avaliação de Impacto e Licenciamento Ambiental no Brasil?*”.

Por fim, o artigo “*A governança de Arranjos Produtivos Locais (APLs) para a gestão estratégica de Indicações Geográficas (IGs)*” de **Marco Antonio Conejero** e **Aldara da Silva César** busca, através de uma revisão da literatura e dos casos de APLs em duas regiões do Estado de Minas Gerais/Brasil, discorrer sobre a importância de um Arranjo Produtivo Local para a implementação de uma estratégia coletiva do tipo IGs.

Desejamos à todos uma excelente leitura.

### **Pedro Roberto Jacobi**

Editor-Chefe da Revista Ambiente & Sociedade.

Professor Titular da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo.

### **Ana Paula Fracalanza**

Editora Adjunta da Revista Ambiente & Sociedade

Professora Doutora da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo.

Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental e do Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política da Universidade de São Paulo.

### **Leandro Luiz Giatti**

Editor Adjunto da Revista Ambiente & Sociedade. Professor Associado do Professor Doutor do Departamento de Saúde Ambiental da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

<http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422asoceditorialv2012017>